

ATA N.º 2/2017:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE JANEIRO DE 2017:

No dia dezoito de janeiro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e dez minutos, na sala das sessões da Junta de Freguesia de Pinhal Novo (freguesia de Pinhal Novo), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino.

O **Sr. Presidente** recorda que, na sequência do pedido de suspensão de mandato apresentado pela Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho para o período de 11 de janeiro a 28 de abril de 2017, foi convocado o Sr. António Manuel da Silva Braz. (Anexos à Ata n.º 1/2017, de 11 de janeiro de 2017, como documento n.º 1).

O **Sr. Presidente** recorda que, na sequência do pedido de suspensão de mandato apresentado pela Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues para o período de 11 de janeiro a 31 de março de 2017, foi convocada a Sra. Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino. (Anexos à Ata n.º 1/2017, de 11 de janeiro, como documento n.º 2).

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – 1.ª alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020

PONTO 2 – Aceitação de doação

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à ARPI (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo)

PONTO 4 – Contrato de Comodato a favor da Freguesia de Pinhal Novo, da Associação Juvenil Indiferentes e do Círio da Carregueira

PONTO 5 – Protocolo de Colaboração entre o Município de Palmela e o Museu da Música Mecânica

PONTO 6 – Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras

PONTO 7 – Atribuição de apoios financeiros no âmbito do Março a Partir 2017

PONTO 8 – Alteração do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela - RTCP

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa com a explicação de que nas reuniões descentralizadas se inverte a metodologia de funcionamento para possibilitar o período da Intervenção do público no seu início, em seguida o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia.

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE PINHAL NOVO

O **Sr. Presidente** menciona que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana dedicada à freguesia de Pinhal Novo decorre de 16 a 20 de janeiro de 2017. A programação é a seguinte:

A semana começou na segunda-feira à noite em Rio Frio, precisamente, porque é um território cheio de grandes potencialidades, mas que tem alguns problemas, até por via da natureza da propriedade. A primeira reunião foi feita com as trabalhadoras e os trabalhadores da Herdade de Rio Frio, que vivem uma situação de grande incerteza quanto ao seu futuro, face às dificuldades financeiras da sociedade agrícola de Rio Frio e o atraso no pagamento de salários e subsídios. É realmente preocupante a situação que ali se vive e que se deve, em grande medida, às dificuldades que esta sociedade enfrenta, sobretudo relacionadas com a falência do BPN e o desinvestimento em atividades fundamentais para a sustentação económica do projeto Agro-Turístico, que estava previsto e uma parte já licenciado, pelo município, para a Herdade.

A autarquia manifestou, naturalmente, a total solidariedade e apoio às trabalhadoras e aos trabalhadores. Estiveram presentes também representantes de sindicatos e também foi manifestado apoio ao projeto, porque o executivo acredita que ele terá, se houver investidores, sustentabilidade económico-financeira. A autarquia procurou definir conjuntamente uma estratégia que vise também junto do administrador de insolvência conhecer os planos, tendo em vista serem assegurados os postos de trabalho daquelas pessoas, que são todas residentes no aglomerado da Herdade e há, de facto, muitas famílias a depender da sua força de trabalho.

De seguida foi feita reunião com a direção do Grupo Desportivo de Rio Frio, que quando se estava a preparar para um novo ciclo associativo, viu ruir o telhado da sede do Grupo Desportivo de Rio Frio, ficando a braços com este problema, o que obrigou a concentrar todas as energias numa obra de contenção daquilo que lá existe e de preparação para a futura cobertura. O município já aprovou pequenas verbas para ajudar a essa operação de contenção,

já aprovou um subsídio recentemente. Entretanto, estão a ser tratadas questões relacionadas com a titularidade das instalações, outras questões de natureza burocrática, mas que serão fundamentais para definir o futuro da associação. Para além de este ser o principal problema, foi possível confirmar o empenho desta direção e também a disponibilidade do município para que esta coletividade volte a funcionar, porque aquela sala é mítica, tem tradições, tem lá objetos, arquivos que dizem muito e encerram muito da história local; e a boa notícia é que, apesar destas dificuldades todas, a coletividade já tem o Rancho Folclórico a funcionar e sairá em breve para atuações.

Em Rio Frio, as pessoas estão muito preocupadas com o estado de abandono das suas casas, das ruas, infraestruturas e de outros espaços de que usufruem que, em bom rigor, são os únicos espaços públicos que lá existem: sede da coletividade, o polidesportivo e a zona envolvente que é um parque infantil, que a Junta de freguesia lá colocou e que vai lá estando em regime de contrato de comodato e tudo o resto é de natureza privada, até as infraestruturas. Foram apresentadas algumas questões que o executivo procurará responder, naturalmente, articulando com a sociedade agrícola, porque a autarquia não tem autoridade para intervir, sem autorização dos proprietários.

Ontem de manhã, ocorreu uma profícua reunião entre os dois executivos (o municipal e o da junta), onde se fez o ponto de situação de obras e investimentos em curso. Foi referido um conjunto de projetos:

- Remodelação dos espaços exteriores do loteamento da Cascalheira.
- Remodelação da Praceta do loteamento Quinta de Matos (este foi um dos que foi referido à Junta de Freguesia; não obstante, o estudo prévio e projeto já prontos, a empreitada vai surgir um pouco mais tarde, mas arrancará nos próximos meses).
- A 2ª fase da ecopista de Pinhal Novo, uma obra candidatada a fundos, cujo projeto está pronto e assim que houver respostas das candidaturas, será lançada a empreitada, o que será feito este ano.
- A nova unidade de Saúde Familiar, que é uma obra da Administração Central, mas que o município teve de assumir através de contrato-programa.
- A regularização da Ribeira da Salgueirinha, que já leva 2 anos de trabalho muito complexo, e que só no dia 23 de dezembro é que houve a publicação da portaria de extensão de encargos que define as obrigações do Estado na cronologia das transferências financeiras. Aguarda-se que nas próximas semanas se consiga assinar o contrato-programa com a presença de alguém da tutela, eventualmente, o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente.
- A ligação intermodal Pinhal Novo – Sul, uma obra que também era um compromisso antigo, incumprido, por parte da REFER. Mas a zona sul do Pinhal Novo merecia aquela intervenção e o município, porque viu também candidatada e já aprovada essa candidatura, em

boa hora fez a obra, sendo que há lá aspetos que serão feitos em complemento desta empreitada.

- A remodelação do Jardim José Maria dos Santos, que está ainda em estudo prévio, embora já esteja o projeto adjudicado.
- O município adquiriu um lote central na Praceta João Coelho Possante, com o compromisso de fazer uma bolsa de estacionamento. O estudo prévio está em elaboração.
- Estão a ser feitos estudos prévios dos logradouros das traseiras da Rua 25 de Abril (na zona do chamado Bairro do Sacristão), que serão apresentados também à Junta de Freguesia, antes de ser concluído o projeto.
- Também foram abordadas as obras que já foram concluídas, sendo que algumas destas obras constam no plano de mandato e outras foram acrescentadas ao plano mandato, por via das sessões do Eu participo.
- Iluminação do viaduto da Infante Dom Henrique.

A Junta de Freguesia chamou a atenção da autarquia para vários aspetos muito pertinentes, onde se destaca o estacionamento indevido no topo norte da Alameda Alexandre Herculano: os sinais estão lá, as autoridades policiais têm de atuar. A câmara está, nas traseiras do logradouro João Gouveia da Silva, a procurar delimitar uma área para ampliar uma bolsa de estacionamento, para que não haja a desculpa de não poderem parar para ir ali ao comércio instalado.

A Junta desafiou a autarquia também para apoiar na remodelação de espaços de jogo e recreio do Jardim José Maria dos Santos que, sendo da Junta, é de facto, um dos equipamentos mais utilizados do concelho, pelo que a autarquia está disponível para avaliar a reabilitação do espaço.

Depois foram abordadas obras onde já há intenso trabalho desenvolvido nalgumas candidaturas ao Portugal 2020, outras ao POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), outras ao fundo de regularização de recursos hídricos, nomeadamente:

- Ribeira da Salgueirinha.
- Monte do Francisquinho, que é um projeto que vai ligar um conjunto de associações, mas sobretudo, também instituições com respostas sociais ao nível da formação e da inclusão.
- O largo da Mitra, que é um conceito de parque intermodal e foi por isso, também, que conseguiu ser pré-selecionado para as candidaturas. É uma zona de praceta/estacionamento.

Foi dada nota da notícia da aprovação da candidatura para a obra da Unidade de Saúde familiar, de Pinhal Novo Sul, e que também em breve estará na plataforma dos concursos, porque a candidatura foi aprovada na semana passada.

A Junta também foi informada de um conjunto de novas obras no concelho que incluem a semaforização de dois pontos críticos: um deles na Rua Infante Dom Henrique com a rua António Sérgio (que dá acesso ao viaduto a nascente da vila) e outro na curva da Rua do Trabalhador Rural e cruzamento com a Rua dos Comerciantes.

Ontem à noite, o executivo promoveu uma reunião com associações de moradores, em atividade, na sede da Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira, com a associação de moradores Entre Ruas, com a Associação de moradores do Bairro do Pinheiro Grande e também do Terrim e Quinta do Sobral. Foram debatidos investimentos a realizar nos respetivos bairros, em várias áreas que vão desde repavimentações e iluminação pública. Também foram referidas as candidaturas de apoio ao movimento associativo, porque algumas dessas associações já têm ações, atividades, dinâmicas, que podem ser candidatas a esse regulamento, bem como foi abordado um encontro de associações de moradores do concelho, que irá ocorrer na 1ª quinzena de Maio.

Hoje de manhã, o executivo fez uma série de visitas, conforme estavam agendadas, à freguesia, sendo que a primeira foi à antiga Escola da Carregueira, que sendo um equipamento municipal, para a sua função não estava propriamente devoluto. O município precisa desses equipamentos, porque ao invés do que já teve de fazer no passado, deixou de alugar armazéns, garagens, até casas de habitação; para os seus arquivos, para as suas reservas museológicas e para mobiliário. Prevê-se a conversão num conceito de centro comunitário, um espaço que tem de ser dinamizado e partilhado por associações locais, instituições, sempre com acompanhamento da Junta de Freguesia que até tem protocolo de delegação de competências assinado com o município, para proceder à conservação e manutenção e limpeza desses equipamentos. Assim, para além da disponibilização de espaços específicos para o funcionamento das associações, manterá sempre salas de utilização comum para os mais diversos fins, até porque há várias instituições interessadas em dinamizar iniciativas de natureza diversa, social e cultural naquele espaço.

Depois, o executivo visitou uma empresa da freguesia, a Magjacol, constituída na década de 70 inicialmente com colas e outros produtos, hoje na venda de tintas. A autarquia tem procurado visitar as empresas que têm uma atitude de cidadania ativa e de responsabilidade social. Há um programa, neste mandato, designado por Mecenaz de Palmela, que tem possibilitado às empresas exercerem também de uma forma clara e séria esta ação de responsabilidade social, que tem permitido apoiar não apenas projetos dinamizados pelo município, mas projetos dinamizados por muitas associações, coletividades e instituições. Daí também, este ano, a escolha desta associação.

O executivo esteve junto à extensão de saúde de Venda do Alcaide, porque cumpriu um compromisso há muito desejado (que também a REFER não fez), que era o calcetamento do viaduto até à extensão de saúde, com a organização do estacionamento, e em paralelo foi feita

a drenagem das águas pluviais, em valeta espraçada, que também era uma reivindicação antiga. Esta intervenção teve um custo de 10.000,00€, mas outras custaram muito mais.

Depois foram visitar duas obras concluídas mais recentemente: o 1º troço da rua 5 de Outubro, que está já no plano de investimentos para continuar o troço final; e depois foram à Rua dos Farias onde falaram um pouco daquela zona nascente do Pinhal Novo (o perímetro urbano vai reduzir no futuro PDM e ainda bem, porque há muito espaço para construir).

Há investimentos a fazer na rua 1º de Janeiro, na Rua dos Vinhedos, mas que só poderão ser feitos depois da obra de regularização da Ribeira da Salgueirinha.

Posteriormente, foi visitado um novo projeto que se chama CLDS 3G- Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que tem como lema ganhar competências, gerar oportunidades, garantir emprego. Estes contratos locais de desenvolvimento social são um instrumento de política pública, que pretende uma intervenção proximidade, a promoção da integração social, o combate à pobreza e a qualquer forma de discriminação. No concelho, este projeto está a ser desenvolvido pela Fundação COI, em parceria com a ADREPES, o Centro Social de Quinta do Anjo e naturalmente tem a colaboração da Câmara Municipal. É um projecto que abrange todas as freguesias e já têm eixos de intervenção definidos: emprego, formação e qualificação, intervenção familiar e parental e capacitação da comunidade e das instituições. É um plano muito ambicioso, onde se espera que daqui a 3 anos os resultados sejam positivos, para reduzir as assimetrias, reduzir o número de desempregados, reduzir o número de pessoas dependentes do conjunto de apoios sociais e para que as famílias ganhem a sua autonomia e a sua sustentabilidade.

Seguidamente, o executivo visitou as instalações do futuro Lar dos Ferroviários, que tem capacidade para 75 camas, em regime de internamento e 40 de apoio domiciliário. É um equipamento de grande qualidade que vem responder a um anseio antigo, dos antigos ferroviários também desta comunidade. Naturalmente está aberto também a não ferroviários, desde que se pague, pois não tem qualquer contratualização com a Segurança Social. É um grande investimento da Associação dos Lares de Ferroviários, superior a 2.000.000,00€, mas é um equipamento de grande utilidade. O município cedeu um terreno que ultrapassou as 2 centenas de milhares de euros pelo valor de avaliação, isentou de taxas em cerca de 100.000,00€ e ainda está sempre disponível a dar mais uns apoios para rematar algumas coisas em redor, mas é um equipamento que faz falta à comunidade; porque esta valência de internamento em lar, no plano de diagnóstico social, no eixo de apoio à pessoa idosa, está diagnosticado socialmente, que tem os indicadores de população e de necessidades e que aponta como prioritário, e é isso que as políticas públicas devem apoiar.

Em seguida, o executivo visitou a ligação intermodal Sul, que foi uma obra de 132.000,00€. Estiveram no Monte do Francisquinho para assinar o contrato de comodato com o Sr. General Presidente da Liga dos Combatentes, a nível nacional. O Monte estava respeitado na sua traça,

bem reabilitado onde aquela associação presta apoio social, consultas médicas de várias especialidades, quer a pessoas ligadas ao núcleo (antigos combatentes e outros), quer a famílias carenciadas, no âmbito da rede social, e isto é meritório e foi isso que levou o município a colocar já lá aquela instituição. Outras se seguirão no âmbito do programa de reabilitação do Monte.

Depois estiveram no Jardim José Maria dos Santos onde está previsto um projeto de reabilitação para todo o jardim (na sua estrutura arbórea e verde), que permita visibilidade, segurança, circulação, que permite entrar o sol também (porque se as copas das árvores não deixarem entrar luz só há zonas onde nunca chega a nascer relva). O compromisso de mandato era intervir na zona poente mas, de uma maneira geral, o que vai ali acontecer é a criação de uma caixa de estacionamento para autocarros entre a zona da esplanada e junto ao anfiteatro; ou seja, os autocarros que param junto aos Pinheirinhos, deixarão de parar naquela zona e passarão a parar ali. O anfiteatro mantém-se; essa zona não vai ser tocada, embora haja arranjos até à zona do Chafariz. Nesse troço, no topo norte do lago, também vai ficar uma zona mais arejada, com mobiliário urbano, mesas, cadeiras e que visam também que a esplanada no futuro, possa ser requalificada e passar a ser voltada para o interior do Jardim e que possa também ocupar aquele espaço. O lago vai desaparecer, mas não vai desaparecer o elemento água pois ficarão dois triângulos muito mais pequenos, com o elemento espelho de água, porque não se pode continuar a desperdiçar água; que é o que tem vindo a acontecer porque há ruturas sucessivas naquela infraestrutura e aquela água é da rede pública, não é de nenhum furo. A estátua vai ganhar outra centralidade e vai ter um conceito com uma estereotomia de pavimentos, que estão a ser elaborados no projeto, num conceito mais de praça. Este conjunto de elementos vão permitir conciliar, na mesma, espaço verde, acessibilidades, eventos, montagens e desmontagens. Depois tem outro elemento importante, que é a criação de uma bolsa de estacionamento idêntica à já existente, frente ao prédio onde estava o Centro Social e Paroquial, junto à esplanada; e fica uniformizado o alinhamento e cria-se ali mais uns lugares de estacionamento. A zona em torno do coreto também será arranjada. Em matéria de iluminação, o investimento que foi feito em 2012 está a funcionar, felizmente, pelo que será feito um investimento em iluminação decorativa, quer junto aos elementos água, quer junto à estátua, quer junto ao coreto.

Amanhã haverá reunião com o Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, com as associações de Pais e Direções de duas escolas: a Salgueiro Maia, que é uma escola também de referência não tem muitos anos, é um equipamento moderno, onde está a ser feito um estudo prévio para uma intervenção no logradouro, que tem sido muito solicitada pelo agrupamento e pela própria associação de Pais; a Zeca Afonso, ver in loco, uma patologia grave que merece ser tratada rapidamente e a questão da localização do telheiro e estrutura leve.

Amanhã à noite ficam todos convidados para uma apresentação e reflexão sobre este ensejo do destino a dar às pedras do Arco da Ponte. (desmontadas pela REFER). Sugere-se fazer uma

reflexão participada e que as pessoas tragam memórias, documentos e fotografias, que podem ajudar a perpetuar e a clarificar a história da terra.

Na sexta-feira, haverá atendimentos para tratar de matérias específicas que os munícipes queiram colocar.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público, e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à sua intervenção. Concede a palavra a quem queira intervir.

Sr. Joaquim Ricardo (1.)

Refere que aguardará melhores explicações sobre, pelo menos, o novo Centro de Saúde e também sobre a Ribeira da Salgueirinha. Em seu nome e em nome da ARPI (Associação de Reformados do Pinhal Novo) expressa publicamente e diretamente o seu agradecimento pela belíssima obra que a Câmara Municipal efetuou, porque era uma obra que estava agendada no projeto da REFER (e que não foi feito). A obra está bonita, não só um parque mas, a zona paisagística ficou embelezada

Continua dando a indicação de que leu no jornal algo referente à rua João de Deus, que é um troço de mais ou menos 300 metros, que fica entre a rua Antero de Quental e a Combatentes da Grande Guerra; pelo que solicita mais esclarecimentos se será feito algo para melhorar a circulação naquela zona.

Sr. José Morgado (2.)

Refere que quando fizeram a ciclovia estava previsto fazerem o passeio na zona da antiga fábrica até ao fundo das casas, mas mantém-se tudo na mesma.

Pede esclarecimentos nesse sentido, uma vez que tem um ofício, já com uns anos, da Câmara em que a mandar o Câmara forneceria a matéria e o munícipe a mão-de-obra.

Sr. Nuno Santos (3.)

Refere que uma grande parte da vedação da Rua do Alentejo está derrubada. Há uma grande extensão da rede que desapareceu, o que revela ser não só um perigo para a circulação dos comboios. A propósito do Protocolo Museu da Música, refere que o museu tem um custo

bastante elevado (2 adultos e 2 crianças são quase 15 euros). Sugere que a autarquia baixe as tarifas aquando a realização do protocolo.

Acrescenta que enviou um email para a Junta de freguesia, está a fazer um mês e meio, com vários pontos que não lhe pareciam estar corretos em algumas situações, nomeadamente na zona onde reside. No mesmo dia recebeu uma resposta que dizia o email tinha sido recebido e que iria receber uma resposta brevemente.

Sr. Roberto Cortejano (4.)

Refere que a Rua do Alentejo, é uma rua que não tem asfalto, sempre que chove fica esburacada, praticamente intransitável. A Junta de Freguesia, costumava passar lá a reparar, mas desde o final do verão que não o faz. Na mesma zona, e em sequência do encerramento das passagens de nível, cerca de 100 moradores de Pinhal Novo, ficaram praticamente encurralados, deixando de ter acesso ao centro de Pinhal Novo, tendo que fazer uma volta de cerca de 5 quilómetros. Questiona, por isso, se será construído um acesso interior, anteriormente acordado entre a Câmara e a REFER, que permitiria o acesso aos veículos dos moradores, ambulância e carro dos bombeiros, se fosse necessário.

No caminho que fica entre o Auditório Municipal do Pinhal Novo e a linha do comboio, sempre que chove um pouco, fica intransitável, uma vez que não tem escoamento.

Em frente ao Auditório, no Jardim da Praça da Independência, as pessoas, nos dias bons, aproveitam para passear com as crianças e com os animais que depositam os dejetos. Sugere que se arranje uma alternativa para o efeito.

Sra. Anabela Silva (5.)

Refere que reside no Aceiro do Caminho-de-ferro. Refere que a rua onde reside é parcialmente asfaltada, o que resulta num troço em terra batida, que 4 moradores. Questiona se está prevista alguma solução.

Em relação ao saneamento, questiona quando está previsto.

Faz, igualmente referência à falta de vedação junto à linha de comboio e à falta de iluminação na zona.

Acrescenta que a limpeza das valetas, foi feita até onde há alcatrão apenas.

Questiona de quem é a responsabilidade da limpeza de ervas junto da linha do comboio.

O **Sr. Presidente** adianta que o saneamento não está previsto, pois não pode existir em todo o lado, mas que explicará melhor mais à frente.

Acrescenta que a limpeza das ervas é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, que englobam a REFER.

Sra. Isabel Morgado (6.)

Refere que reside a seguir à ciclovia e, neste momento, com o plano-diretor que existe não se pode fazer mais nada em relação à construção. Sugere que a extensão do perímetro do plano-diretor seja alargado para englobar as casas que mais ao fundo, se houvesse possibilidades.

Face às questões apresentadas pelos/as Srs./as Municípes, são prestadas as seguintes explicações:

_ Em resposta ao Sr. Joaquim Ricardo (1.), o **Sr. Presidente** refere que relativamente ao processo da Ribeira da Salgueirinha haverá novidades em breve, porque está prevista, nas próximas semanas, a assinatura do contrato-programa com alguém da tutela, do ministério. Posteriormente, a autarquia estará em condições para contratualizar com as Infraestruturas de Portugal. As Infraestruturas de Portugal, da parte das estradas, pagará à câmara a intervenção na estrada nacional. Aguarda-se a aprovação do protocolo. Da parte da ferrovia ainda não há as respostas todas, o que gerou um atraso, em parte, do projeto. A parte da ferrovia não queria pagar, nem dar os elementos. No entanto, o concurso será lançado, com ou sem autorização deles.

Sobre a Unidade de Saúde Familiar, foi aprovada a candidatura. O município teve de fazer uma candidatura a fundos comunitários para ir buscar 50% dos fundos que pertencem ao Ministério da Saúde. A obra custa 1.084.000,00€, é uma unidade tipo 4, dimensionada para 15200 utentes, terá 10 gabinetes médicos, 3 gabinetes enfermagem, 2 salas de tratamento, áreas de atendimento, instalações de apoio aos utentes, áreas trabalho e apoio ao funcionamento. Terá 810 metros quadrados de área bruta de construção e o município, para além de ter dado um terreno com 3000 metros, vai pagar os arranjos exteriores, já pagou os projetos, faz os concursos, mete na plataforma; os técnicos do município quase não fazem mais nada que andar à volta destes projetos grandes.

A autarquia tem todos elementos preparados para introduzir na plataforma eletrónica dos concursos, pelo que se prevê que a obra se inicie ainda este ano.

_ Em resposta ao Sr. José Morgado (2.), o **Sr. Presidente** refere que quanto à Rua João de Deus, há um troço que não tem o perfil público, entrando num terreno privado. O compromisso da câmara foi fazer levantamento topográfico (que está feito), elaborar projeto, e está dentro do plano de trabalho. Quando a autarquia tiver o projeto, terá que negociar com o promotor,

porque esteve aprovado para ali um loteamento que previa a cedência e a construção de um arruamento, portanto, não tinha que ser feito com o dinheiro público, mas sim pelo promotor. No entanto aqueles 150 metros não serão esquecidos. Aquilo ficou ali mal rematado e se não for possível fazer um passeio que cumpra as inclinações e a lei das acessibilidades, há-de ser rematado com calçada grossa, uma berma, uma coisa que fique limpa. Fica o compromisso de que será estudado e dado resposta nos próximos meses.

_ Em resposta ao Sr. Nuno Santos (3.), o **Sr. Presidente** refere que a vedação em torno da linha férrea é das Infraestruturas de Portugal e da REFER. O município, uma vez que não vai intervir ali, dará conhecimento às Infraestruturas de Portugal.

Sobre a questão do Museu de Música, esclarece que é um museu de iniciativa privada, que teve a colaboração do município em termos das questões de ordenamento do Território (mas o promotor é que teve de pagar tudo), tem cooperação do município ao nível do serviço educativo do museu, acompanhamento técnico e o protocolo que será aprovado hoje tem por objecto, sobretudo, a facilitação, até de visitas gratuitas, mas sobretudo, para a comunidade escolar, mas também para os seniores (utilizadores do cartão de idade maior), entre outros grupos organizados que na comunidade têm tido preços especiais. O preço já ultrapassa o âmbito do protocolo com a autarquia.

_ Em resposta ao Sr. Roberto Cortejano (4.), o **Sr. Presidente** refere que a Rua do Alentejo é matéria de conservação, a autarquia assume o uso público e a Junta de Freguesia tem a delegação de competências. Recorda que a Rua do Alentejo, apesar de ter toponímia e de ter iluminação pública num dos lados, é uma rua que está dentro de um espaço canal, mas mesmo que assim não fosse há um conjunto de compromissos priorizados.

Relativamente àquele enclave que tem a rua Pedro Álvares Cabral (troço Sul) e a Rua das Amendoeiras, foi reivindicado pela Câmara, Junta e população; mas a REFER nunca assumiu um viaduto que permitisse a circulação de viaturas e a certa altura, o que ficou comprometido e escrito pelo engenheiro Nuno Santos (da REFER) para a junta e para moradores, era uma passagem inferior em sistema de tamponagem. A última proposta apresentada pela REFER, já em 2009, à junta e em 2014 à câmara era uma passagem superior, mas para peões, só resolvendo o problema pedonal.

Já foram realizadas reuniões com presidentes do conselho de administração da REFER (que já deixou de ser REFER), havia um protocolo que tinha essas obrigações de melhorar o acesso, quer no Aceiro Costa, quer na Lagoa da Palha.

Esclarece que a câmara não aprovou aquilo, porque aqueles projetos não estão sujeitos a controlo prévio por parte das autarquias. A REFER não licencia as suas obras, a REFER deu às câmaras o layout das zonas onde atravessa e a ligação das infraestruturas.

Neste momento, o ponto de situação é o seguinte: o município fez ali ao pormenor um conjunto de reparos e propostas de melhoria, insistindo que é preferível uma passagem inferior, que permita uma situação de emergência. A autarquia estava disposta a admitir a passagem pedonal, mas com o asfaltamento até ao Aceiro do Costa, mas até hoje não obteve resposta.

Quanto ao caminho da Praça da Independência, será verificado. E em relação ao dispensador de sacos, informa que a autarquia adquiriu vários no final do ano, e que será colocado.

_ Em resposta à Sra. Anabela Silva (5.), o **Sr. Presidente** refere que o Aceiro do caminho-de-ferro aquele troço final ficou assim devido às obras da RERFER, que só repavimentaram porque estragaram a estrada naquele ponto. Naquela zona o direito de propriedade não é o direito de construção, o que quer dizer que há pré-existências, construções legais e ilegais. A privatização dos investimentos deve ser priorizada onde há infraestruturas ou nas zonas que poderão vir a densificar-se, o que não é o caso. As leis entretanto alteraram-se e o PDM não é uma coisa feita à vontade da câmara, o PDM tem que estar de acordo com a lei e com um conjunto de pareceres de uma série de entidades, que limitam fortemente. E depois existe a opção de reduzir ou ampliar perímetros urbanos.

É impossível levar o saneamento ali, porque o saneamento tem de ir para a ETAR e o que leva as águas residuais são os emissários; a rede de emissários não vai percorrer o país todo, nem as ruas todas muito menos num concelho como o de Palmela, com 920 quilómetros de caminhos públicos e 465 quilómetros quadrados.

O Sr. Secretário de Estado recentemente, em Palmela, num debate sobre as questões do tarifário das águas, em que o executivo foi anfitrião, dizia acerca desta matéria que se as Águas de Lisboa e Vale do Tejo (que já é outra vez SIMARSUL) vier a fazer mais investimento, os municípios têm de pagar mais na tarifa fixa e depois há que aumentar a variável, em função dos consumos de água. Para algumas zonas do território é necessário voltar a situações que foram abandonadas no passado, alguns aglomerados, os chamados sistemas autónomos, com pré-tratamento, de ETARES compactas que, neste momento, só é permitido para unidades industriais. Esta é uma questão técnica, não é uma questão política. Não há condições técnicas para levar os esgotos ali. Os esgotos estão a chegar felizmente no concelho aos pequenos aglomerados e é assim que se definem os perímetros urbanos, porque depois vai-se exigir infraestrutura que custa milhões, para servir 4 ou 5 famílias e as leis e a entidade reguladora exigem que todos os custos sejam integralmente debitados ao cliente.

Quanto ao asfaltamento, não é uma prioridade, mas os moradores têm o direito que caminho seja conservado. A vala não foi limpa, porque ela tem capacidade para as águas, mas há-de ser.

A Junta integra depois o aceiro no seu plano de trabalho. Quanto à passagem pedonal e à respectiva iluminação, clarifica que há um protocolo há muitos anos a ser negociado com a REFER. Aquilo começou com uma proposta de 550.000,00€ para obras no valor de 800.000,00€. A última proposta feita para finalizar o protocolo era a oferta de apenas 150.000,00€. A autarquia até estaria disponível para o protocolo correndo riscos, mas tem lá claramente definido que se é preciso pintar a estrada no viaduto, a autarquia pinta; se é preciso reparar a vedação, a autarquia repara, se é preciso pagar a iluminação pública do viaduto, a autarquia paga; é preciso repavimentar, a autarquia repavimenta. Ou seja, aquilo que é de usufruto público, faz sentido ser conservado pela autarquia, mas não no que se refere ao viaduto. Tem, de facto, de haver bom senso nisto.

O município anda a negociar com as Infraestruturas de Portugal e com a Estradas de Portugal, as variantes e a moeda de troca é ficar com as nacionais, o que é óptimo pois não é necessário pedir licença para mexer, o trânsito é determinado pela autarquia; mas fica com a responsabilidade de conservar o património e perde-se o poder de negociação para obrigar à construção das variantes e outras coisas do género. É que isto vem para os municípios, por decreto, haverá muito património para cuidar.

_ Em resposta à Sra. Isabel Morgado (6.), o **Sr. Presidente** refere que qualquer PDM tem os perímetros urbanos definidos e em torno dos perímetros urbanos há uma zona que se chama área verde livre urbana, que se destina a criar uma zona de transição entre a zona consolidada de perímetro urbano e a zona de edificado disperso, onde nalgumas zonas se pode construir.

Quem não tem a esse emparcelamento feito à data, já não vai poder fazê-lo no futuro, porque a unidade mínima de construção para regadio, passou a ser 2 hectares e meio. Assim, como no sequeiro, dantes para se partir os terrenos era 75 mil metros e agora são 480 mil metros. Esta legislação nacional é correta, para evitar a dispersão do território. Também tem de haver pessoas a viver para tratar dos campos, mas não pode ser casinha atrás de casinha. Vai deixar de ser possível construir, mas em função das infraestruturas existentes e em função das áreas porque senão dá origem a cidades contínuas e não justifica o investimento.

No futuro PDM, haverá sempre uma área verde livre de transição, mas naquela zona poderá vir a estar em estudo, para além da variante que já está definida, um escalonamento de vias com circulares externas. Está prevista ser estudada outra alternativa à variante que deveria ter arrancado em 2012. Então essas circulares, que estão a ser estudadas, criarão condições até para criar a chamada massa crítica (entenda-se financiamento) de permitir ali uma pequena

faixa de construção, de baixa densidade. Mas este condicionamento pode ser um trunfo para o futuro, porque o pessoal do outro lado precisa para o território.

Sugere que a munícipe exponha os aspectos particulares do seu caso, em atendimento na administração urbanística.

Sr. João Marques (7.)

Cumprimenta os presentes e dá a indicação que reside em Venda do Alcaide. Refere que para se deslocar de Venda do Alcaide para Pinhal Novo, utiliza a estrada espanhóis, pelo que parabenizada o executivo pelo facto do viaduto da REFER já ter iluminação.

Reconhece a obra feita perto do Posto Médico mas alerta que o outro lado da estrada também necessita de bermas com calçada, não só para a segurança dos peões, mas também para a segurança dos carros, porque facilmente saem do alcatrão.

Relativamente à pavimentação da rua 5 de Outubro no Bairro do Pinheiro Grande, questiona se está orçamentado, para 2017, a pavimentação do 2º troço.

Sugere a criação de uma ciclovia que permita a ligação do Pinhal Novo até à Venda do Alcaide.

No que diz respeito à obra na remodelação do Largo José Maria dos Santos, nomeadamente, no acesso dos carros à Praça da Independência, as pessoas utilizam aquele acesso dos carros como passagem pedonal, pelo que propõe que sejam feitos passeios à volta dessa estrada.

Sr. Bruno Grazina (8.)

Cumprimenta os presentes. Refere que queria aproveitar esta oportunidade para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que acha que é uma pena que os membros da Assembleia Municipal não tenham sido convidados para acompanhar as visitas desta semana das freguesias. Enquanto membro da Assembleia Municipal, gostaria de ter acompanhado essas visitas, uma vez que tem a mesma legitimidade democrática e política.

Em relação ao estacionamento do lado sul da estação ferroviária do Pinhal Novo, ligação intermodal, refere que é uma pena que a obra tenha tido um prazo de execução de 90 dias, mas que de momento contam com, à volta de 140.

Na Rua do Bocage existe um buraco oco, pelo que sugere que a autarquia repare, porque pode haver ali um abatimento de terras e gerar ali uma situação um bocadinho mais perigosa.

Reitera a necessidade de requalificação da Rua dos Ferroviários, no Vale da Vila, onde existe uma valeta e que sempre que há chuvas mais intensas transborda e inunda os terrenos dos moradores, o que seria resolvido ou, pelo menos, fortemente minimizado se houvesse mais cuidado com a limpeza dessa mesma vala.

Informa que continuam os cortes de abastecimento de água na zona da Lagoa da Palha que afeta também alguns moradores na zona de Vale da Vila, sem que a população se sinta devidamente esclarecida para o efeito. Sugere que seja dada uma maior informação aos moradores, que merecem saber o que se passa, se têm insistido complicações no decurso das intervenções, e qual o prazo de conclusão dessa mesma intervenção. Refere que as recolhas do lixo continuam com bastante ineficiência no Pinhal Novo, em especial na zona Sul e na zona da Salgueirinhas. Nem sempre a recolha é feita da forma mais eficiente possível e isso gera que depois existam problemas ao nível da limpeza urbana nestas zonas que deixam muito a desejar, porque o lixo se vai espalhando. E era importante também que a máquina varredora que o município tem, passasse mais vezes nas zonas da Salgueirinha e na zona sul do Pinhal Novo.

Deixa nota de satisfação, por saber que está a ser equacionada uma requalificação do polidesportivo José Maria dos Santos, após 3 anos de insistência.

Sr. Rui Lourenço (9.)

Cumprimenta os presentes. Refere que fará a intervenção em seu nome e em nome de alguns moradores da Rua Joaquim Maria Branco. Aplauda a intervenção que houve na Lagoa da Palha, em que foi corrigido o problema de rutura de ligação de água diretamente à Lagoa da Palha. Confirma que acompanhou os trabalhos com os trabalhadores, e que os trabalhadores intervieram de forma correta e a reparação foi feita o mais atempadamente possível. No cruzamento da Rua Joaquim Maria branco, certamente necessitará de outra intervenção, porque havia uma base para contentor do lixo, que indica que a obra ainda não foi terminada.

A placa da Rua Maria Joaquim Branco está também inclinada, pelo que necessita ser corrigida.

Face às questões apresentadas pelos/as Srs./as Múnicipes, são prestadas as seguintes explicações:

_ Em resposta ao Sr. João Marques (7.), o **Sr. Presidente** refere que regista os pedidos e sugestões do munícipe João Marques. Algumas das questões que referiu como, felizmente, cumpridas devem-se também à sua persistência às suas chamadas de atenção ao longo dos anos. Significa que vale a pena participar e sobretudo quando a participação pretende ser consequente, séria e construtiva.

Regista esta observação sobre a necessidade também de uma berma do lado nascente da Rua José Nabo. Pode ser que a autarquia consiga, com a colaboração de alguns moradores em recuar vedações e muros, fazer de facto, uma plataforma de circulação pedonal em segurança.

A intervenção na Rua 5 de Outubro, era para ser feita em 3 fases. A intenção da autarquia é procurar na 2ª fase, cumprir a 3ª, fazendo a ligação, o prolongamento da saída do Bairro do

Pinheiro Grande (até onde foi recentemente asfaltada), ligar à estrada do Montinhos e inverter para a Rua 1º de Maio, ficando o eixo feito. Foi uma das obras mais votadas no Eu Participo, na freguesia do Pinhal Novo e, portanto, é por isso que está a prevista em 2017.

É uma obra que está no plano e orçamento municipais, com verba a definir, que significa que só na altura de revisão ao orçamento, em Abril, em que é incorporado o saldo do ano anterior, será feita a real cabimentação da verba, para poder desenvolver os procedimentos concursais. Até lá, serão feitas medições, orçamentos, soluções para drenagem pluvial (que para ali é complicado).

Esclarece que o território não tem que estar todo ligado com ciclovias, mas garante que há circuitos cicláveis em todo território. Há ligações que até é bom que as pessoas se desviem da estrada alcatroada de maior circulação automóvel, mas, de facto, o que tem sido gizado até é mais para a zona da Lagoa da Palha. Recorda que só se pode fazer estas coisas, quando os terrenos são públicos. A autarquia está a ligar eixos e está a aproveitar espaços canais e corredores e está a utilizar o canal ferroviário. A autarquia paga um aluguer à REFER para ter a ciclovia.

Conclui que há estradas onde se pretende atuar dessa forma, mas são zonas em que a plataforma já é pública, já é generosa.

_ Em resposta ao Sr. Bruno Grazina (8.), o **Sr. Presidente** refere que nenhuma Câmara do seu partido faz aquilo que o atual executivo faz, com a transparência e a participação.

Foram convidados para a reunião com o executivo da Junta, os vereadores de todas as forças políticas. É uma reunião de trabalho. Ouviram as queixas da Junta. Ouviram as propostas. Participa na visita o Sr. Vereador com pelouros que a maioria CDU entendeu propor ao seu vereador (que não precisava, pois têm maioria absoluta). Se um membro da Assembleia Municipal quer informações sobre a visita, fala com o membro da sua bancada política.

Sobre o prazo de execução, a obra foi propositadamente atrasada, porque foi candidatada a fundos comunitários e o resultado da candidatura foi anunciado numa data na qual o município não podia ter a obra concluída. A autarquia, primeiro, geriu bem os dinheiros públicos, porque de outra forma não havia comparticipação de 50%; segundo, a autarquia foi ao encontro de uma proposta do Governo que pediu para acelerar o investimento e, porque ainda assim foi cumprida a obra dentro do prazo que o Governo colocou no acelerador de investimento (foi agora prorrogada para 15 de Fevereiro), para além dos 50%, a câmara ainda arrecadou mais 10%.

Se houvesse algum atraso técnico, algum problema à semelhança do que já foi feito noutras obras, seria reportado à população e aos Srs. Membros da Assembleia, que têm todo o direito de consultar os processos que são públicos, sobre a empreitada. A empreitada a certa altura

desacelerou, porque se ela terminasse antes de se saber o resultado do concurso, não haveria lugar a financiamento.

A questão do buraco fica registada e será verificada.

Rua dos Ferroviários, em Vale da Vila, é um aceiro com uma valeta que foi tratada com os moradores. Mais tarde, foi levantado o pavimento com detritos de betuminoso e os moradores sabem, que há o compromisso de mais tarde ser solucionado, porque ali há até problemas de quotas de terrenos, e problemas para as pessoas ligarem os esgotos.

O próximo asfaltamento vai da zona do Vale da Vila até à Rua do Alentejo, que é o Aceiro do Marcolino, está neste momento com uma obra de remodelação da rede de água no valor de 49.000,00€ e há um compromisso com a Associação de Moradores de Entre-Ruas.

Sobre a questão da Lagoa da Palha, o esclarecimento está no site da Câmara, é público. Houve um particular que provocou uma rutura numa zona recôndita e que demorou 10 dias para resolver o assunto. As pessoas nunca deixaram de ter água, tiveram problemas de falta de pressão. Os trabalhadores da Câmara tiveram um trabalho exemplar, em que foi feito seccionamento e aproveitaram para pôr válvulas novas em todas as zonas, que vão ficar preparadas no futuro para quando houver uma rutura e foram progressivamente à procura do problema e estava precisamente na última rua, na Rua do Olival, uma entrada que um particular fez, meteu uma tubagem que deu cabo daquilo numa zona onde não se via água.

Na sexta-feira quando a autarquia percebeu a natureza do problema podia ter feito um comunicado, mas que seria distribuído na Segunda-feira, o que não faria sentido, uma vez que ficou resolvido no sábado. A informação só é dada quando há uma intervenção programada.

Esclarece que a recolha do lixo em Pinhal Novo tem um único problema, que está bem identificado. A recolha de lixo em Pinhal Novo faz-se 2 circuitos enormes, que às vezes tem que ter 2 voltas, 6 dias por semana. Não está a ser feita a recolha ao sábado à noite. Quanto à recolha de monos, em cada contentor, estão afixados os dias da recolha. Há uma central de triagem, onde a autarquia vai através de uma campanha, apelar aos residentes da Vila, que não ponham o móvel, o saco da relva ou os ramos ao lado do contentor; mas que se desloquem no final da Rua Luís de Camões, à entrada do Pinhal Novo. Esta campanha de sensibilização trará até um conjunto de incentivos. Não há notas de reclamações, sendo que os únicos períodos críticos a destacar foi depois do Natal e Ano Novo.

A autarquia continua atenta, sempre muito interessada em melhorar a capacidade de resposta, mas também está interessada em apelar à participação dos munícipes nalgumas ações e comportamentos preventivos.

O pavimento do polidesportivo é outra intervenção que será feita no futuro, sendo que aquele é também um local de festa, é um local onde se monta lá tudo, pelo que o pavimento desportivo pouco resiste. A situação será equacionada conforme a lista de prioridades.

_ Em resposta ao Sr. Rui Lourenço (9.), o **Sr. Presidente** refere que a Junta de freguesia tem essa competência delegada para endireitar e conservar. A base para o contentor, a Sr.ª Vereadora tomou nota.

Em relação à Rua Joaquim Maria Branco, aquilo que foi dito está dito, está escrito e está publicado no site. A obra está no plano de investimentos da câmara e é uma das que só terá financiamento após a revisão de Abril.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações / Assuntos diversos:

- **Aprovada candidatura para cofinanciamento do projeto e obra de construção da Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** refere que a empreitada e o concurso serão abertos nas próximas semanas. A autarquia fez e fará a sua parte, para que a obra não fuja do concelho.

- **Álbum de família** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a iniciativa, que Câmara Municipal vai levar a efeito, e que tem por nome Álbum de Família, vai decorrer entre os meses de fevereiro e abril, com 4 sessões temáticas na Biblioteca Municipal, onde serão projetadas fotografias antigas do acervo municipal para dinamização da conversa e registo de memórias. Estas sessões vão decorrer às 21 horas, nos dias 17 de fevereiro de 13 e 17 de março e 7 de abril, subordinadas aos temas "Caminho-de-ferro: origens e ofícios e movimento associativo". A anteceder exceções, a autarquia vai promover no Mercado Municipal de Pinhal Novo, durante as manhãs de 4 a 11 de Fevereiro, várias ações de sensibilização junto da comunidade, com a digitalização de fotografias em tempo real. Com esta nova fase do projeto álbum de família, pretende-se ampliar o conhecimento sobre o passado da freguesia de Pinhal Novo, recorrendo às memórias da população, para enriquecer o que se sabe sobre tradições, acontecimentos e vivências, identificar pessoas, datas e factos marcantes. Além da presença nas sessões públicas, é possível também participar através da partilha de fotografias antigas com arquivo de munícipes, através dos contactos que estão a ser divulgados nos suportes digitais do município. Este é um projeto que vai certamente contribuir para preservar e transmitir o legado histórico da Cultura Caramela.

• **Loteamento da Cascalheira – Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que o município, está neste momento, a analisar as propostas apresentadas para a execução da obra de remodelação do espaço exterior da Urbanização da Cascalheira, no âmbito do concurso lançado para o efeito. A obra poderá ter o valor máximo de 172.000,00€, consiste no arranjo das parcelas nascentes e poente, que ficaram inacabadas pelo promotor do loteamento, e compreende a instalação de equipamento de ginásio ao ar livre, equipamento infanto-juvenil, mobiliário urbano, iluminação, arranjos de pavimentos, remodelação do talhão de Horta Urbana. A data prevista de início da empreitada é em fevereiro porque, para esta obra, concorreram 16 empresas concorrentes e geralmente quando há muita gente a concorrer nas obras públicas, não é fácil, porque a autarquia tem que dar, muitas vezes, tempo para as respostas e para concluir todo o processo.

• **Ecopista de Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que já foi executado, o estudo prévio para a execução da 2ª fase da ecopista de Pinhal Novo, que se vai desenvolver desde o fim do troço já feito até ao limite do concelho vizinho. O projeto de execução foi adjudicado por 12.300,00€. A obra prevê cerca de 2 quilómetros de extensão, tem um perfil idêntico ao existente sobre o canal ferroviário. A empreitada inclui o arranjo paisagístico, mobiliário urbano, 14 atravessamentos de acesso às propriedades e eliminação. Esta ecopista integra uma rede de ciclovias e corredores cicláveis municipais, intermunicipal, que é designada por CICLOP7 e que foi, neste caso, candidata a financiamento, no âmbito do Portugal 2020 e foi por isso, também que a entrada da REFER do lado Norte foi considerado Intermodal e não o arranjo ou o estacionamento.

• **Iluminação do viaduto na “Estrada dos Espanhóis” – O Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que foram colocados 320 metros de rede de iluminação pública e 14 luminárias em apoio em betão. Esta obra vinha sendo reivindicada à EDP como contrapartida devido ao município no quadro do contrato-concessão e ainda assim teve um co-financiamento municipal no valor de 3.000,00€. A este junta-se outros investimentos da iluminação pública que o município tem vindo a fazer, nomeadamente, o prolongamento do acervo principal da Carregueira, com custos de 1.006,19€, onde a modernização e eficiência, onde fez um reforço das luminárias LED no valor de 3.134,13€. O município tem insistido com a EDP, com urgência, em relação à resolução de outros problemas, execução dos investimentos já solicitados como, por exemplo, a eliminação do circuito de manutenção da Quinta do Pinheiro; estando entretanto a estudar outras formas de acelerar o investimento neste domínio, nomeadamente, através da remodelação da iluminação pública para sistemas mais eficientes e com novas funcionalidades.

Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro

• **Rua António Sérgio, em Pinhal Novo** – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que a Rua António Sérgio já tem um novo asfalto, no entanto, o asfalto ficou muito ao nível do passeio, na zona do estacionamento dos prédios, o que faz com que muitas vezes os senhores automobilistas (erradamente, mas a forma como está o desenho do perfil assim o permite) utilizem aqueles passeios para fazer ultrapassagens, o que coloca riscos à circulação de peões e naturalmente, quando estão carros estacionados. Ainda na mesma rua havia ali uns pilaretes de divisão, muito por força do evitar colisões. Os pilaretes no fim do asfaltamento deixaram de lá estar, por isso questiona se não foram colocados, porque ainda não houve oportunidade ou se é de uma a opção de definitiva da autarquia.

Face à questão apresentada – Rua António Sérgio, em Pinhal Novo – o Sr. Presidente refere que quando há uma recarga de pavimento, não tendo havido fresagem, é normal que o perfil suba. A altura é regulamentar, ainda assim, a autarquia procurará saber. O que está previsto é em termos de sinalização, em que se irá regulamentar os lugares e nessa altura será verificada a possibilidade de corrigir essa situação.

Os pilaretes vão ser repostos. A função dos pilaretes, como existe noutros sítios que têm estreitamento de via, é obrigar à redução da velocidade e não só, mas também para que quem sai da lavagem automática, não tenha a tendência de passar os traços contínuos. O objetivo é prevenir acidentes.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, no período compreendido entre 11.01.2017 e 17.01.2017.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos

processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 09.01.2017 e 13.01.2017.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 11.01.2017 a 17.01.2017, no valor de 1.003.612,52 € (um milhão, três mil, seiscentos e doze euros e cinquenta e dois cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 17.01.2017, apresenta um saldo de 8.063.887,03 € (oito milhões, sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e sete euros e três cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 7.296.854,98 € (sete milhões, duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 767.032,05 € (setecentos e sessenta e sete mil, trinta e dois euros e cinco cêntimos)

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 1.ª alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.

PROPOSTA N.º DADO 01_02-17:

«A 1.ª alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020 tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos

transitados do ano de 2016 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos em Atraso, bem como, o reforço de diversas ações com dotações insuficientes e/ou com valores a definir, de modo a possibilitar o lançamento de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da dotação da ação Infraestruturação da rua Zeca Afonso e travessa do Limoeiro no bairro Alentejano, cujo valor se encontra parcialmente a definir, de modo a possibilitar o pagamento do projeto e o lançamento do procedimento para a obra;
2. Reforço da dotação de diversas ações do projeto Redes de Esgotos, de modo a possibilitar o pagamento de faturação transitada e permitir o lançamento de novos procedimentos concursais;
3. Reforço da dotação de diversas ações do projeto Rede de Distribuição (Água) de modo a possibilitar o pagamento de encargos transitados e permitir o lançamento de novos procedimentos concursais;
4. Reforço da dotação de diversas ações do projeto Furos de Captação e Estações de Tratamento, de modo a possibilitar o pagamento de encargos transitados e permitir o lançamento de novos procedimentos concursais;
5. Reforço da dotação de diversas ações do projeto Outras Intervenções (Água) para pagamento de faturação transitada e lançamento do procedimento para elaboração do plano de segurança da água, que se encontra integralmente a definir;
6. Reforço da dotação da ação Lavagem de Contentores, de modo a possibilitar o pagamento de faturação transitada;
7. Reforço da dotação de diversas ações do projeto Espaços Verdes/Paisagismo, para possibilitar o pagamento de faturação transitada e permitir o lançamento de novos procedimentos concursais;
8. Reforço da dotação de diversas ações do projeto Conservação / Gestão e Animação do Castelo, de modo a possibilitar a adjudicação de procedimento concursal, cujo valor se encontra parcialmente a definir e permitir o pagamento de encargos transitados;
9. Reforço da dotação de diversas do projeto Melhorar a Rede Viária Rural, de modo a possibilitar o lançamento de procedimentos concursais, cujo valor se encontra integralmente a definir;
10. Reforço da dotação da ação Remodelação de Espaços de Mercados e Feiras, de modo a possibilitar o lançamento de procedimento concursal para a beneficiação do Mercado Municipal de Quinta do Anjo.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição de dotação de ações relativas aos pagamentos à ADLVT, Amarsul, Iluminação Pública e Edifícios Municipais (encargos com eletricidade), cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano e que serão repostas na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2016.

O valor desta alteração é de 873.228,00 € (oitocentos e setenta e três mil, duzentos e vinte e oito euros), e representa 1,92% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 1.ª alteração ao Orçamento de 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.»

Sobre a proposta de 1.ª alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020 numerada DADO 01_02-17 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que serão feitas obras, felizmente em todas as freguesias; sendo que o objectivo é não atrasar estes trabalhos e com esta alteração orçamental, é possível pôr os concursos na rua, o mais depressa possível.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que em relação ao que é apresentado nesta alteração, são aspectos normais de gestão da autarquia, pelo que irão votar favoravelmente. No entanto, refere que foram feitos reforços para estudos pareceres, projetos e consultadoria, pelo que questiona em qual deles e se está relacionado com algum incremento de atividade ou incapacidade de resposta técnica nalguma área. A outra situação mais específica, porque no que diz respeito à Divisão de Águas fez-se um reforço de 23.0000,00€, que é algo que não estava planeado nesta dimensão.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a bancada do PSD-CDS votou contra o orçamento e plano de atividades, no entanto, isto é a primeira de muitas alterações ao orçamento, e como é hábito, irão abster-se, uma vez que se trata apenas de uma rotação de algumas rubricas e alguns reforços, que depois serão compensados no futuro.

O **Sr. Presidente** refere que as designações do POCAL têm estas coisas: estudos, pareceres, projetos e consultadoria. Num caso concreto, isto é a rubrica 2.2.14 e ao consultar o plano, o primeiro caso tem que ver mesmo com a assessoria de elaboração do plano director-municipal. A implementação do sistema de controlo de perdas de água, que é um sistema implementado pelo LNEC, vem nesta designação e, portanto, a autarquia tem que pagar a fatura com esta designação. O plano de segurança da água também vai à rubrica 2.2.14 e, portanto, entra em estudos, pareceres, projetos e consultadoria. É o nome que POCAL (sistema de contabilidade das autarquias locais) dá e, portanto, tem que ser designado desta forma.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Aceitação de doação.

PROPOSTA N.º DAGOT 01_02-17:

«O Sr. Sérgio Manuel Pinto Santos Rocha, proprietário de um terreno em Quinta do Anjo que confina com a parcela de domínio público municipal situada junto à rotunda do ovelheiro, em Quinta do Anjo, propôs-se realizar, *pro bono*, o arranjo do referido espaço municipal com uma área de 3.477 m², destinada a zona verde de sequeiro. Em concreto, o Sr. munícipe propõe-se limpar o terreno, instalar um sistema de rega, realizar trabalhos de sementeira de relva e plantações de arbustos e de algumas espécies arbóreas. Propõe-se, ainda, assegurar a manutenção do espaço pelo período de um ano. Este conjunto de trabalhos tem um valor de cerca de 4.000,00 €.

Assim, considerando o parecer favorável dos serviços quanto à solução proposta e que esta se traduz numa valorização do local, **propõe-se** que, de acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aceite a doação deste serviço.»

Sobre a proposta de Aceitação de doação numerada DAGOT 01_02-17 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que trata-se de um loteamento que tem uma parte que era de cedência ao município, para posterior tratamento nos termos de loteamento. O município não iria fazer aquilo tão depressa e a pessoa, que entretanto acabou de construir no lote, devidamente autorizado, propõe-se ser ela a arranjar o espaço.

A **Sra. Vereadora Maria Justino** refere que esta disponibilidade é sempre positiva. É uma doação, como podia ser um voluntariado e é bom que as pessoas e os munícipes se manifestem desta forma, porque é mais uma forma de estarem presentes e ativos na vida da autarquia. Irão acompanhar a proposta e votarão favoravelmente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à ARPI de Pinhal Novo (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo).

PROPOSTA N.º DEIS 01_02-17:

«A ARPI de Pinhal Novo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), constituída em 1 de julho de 1993 (Publicação em Diário da República, III Série – n.º 166 – 1993), por tempo indeterminado, com o NIPC 501485872, com sede na Rua Infante D. Henrique, n.º 81, 2955-196 Pinhal Novo e que tem por objeto *“promover o espírito de solidariedade e entre ajuda na defesa dos interesses dos reformados, pensionistas, idosos e crianças da freguesia de Pinhal Novo”* (Estatutos, Capítulo I, artigo 2.º) e que se propõe a um conjunto de fins, entre os quais destacamos o *“criar e manter as atividades de centro de convívio, centro de dia, apoio domiciliário, lar para a terceira idade, creche e jardim-de-infância”* (Estatutos, Capítulo I, artigo 3.º).

Esta IPSS presta apoio a 125 pessoas idosas na freguesia de Pinhal Novo, decorrente do trabalho desenvolvido nas respostas de Centro de Dia – 25, Centro de Convívio – 50 e Serviço de Apoio Domiciliário – 50 (Fonte: ARPI, 2017), numa freguesia que regista o maior número absoluto de pessoas com 65 ou mais anos e apresenta o maior número de famílias clássicas com pessoas com 65 e mais anos (Fonte: Censos 2011).

Esta instituição apresenta um histórico de intervenção, atestando uma dinâmica social local concertada e cooperante, sendo a sua importância reconhecida na comunidade.

Desta forma, considerando:

- que a ARPI representa um papel determinante no desenvolvimento social da freguesia, contribuindo para a promoção do bem-estar e para a minimização das dificuldades sentidas pela comunidade;
- que preconiza um trabalho de articulação e corresponsabilização com diferentes parceiros sociais locais, integrando parcerias formais;
- que demonstra estabilidade financeira, ainda que insuficiente, para suportarem, por si só, a execução dos trabalhos de pintura do edifício que se apresentam como necessários, tendo sido apresentado um orçamento no valor de 4.000,00 € (quatro mil euros), com IVA incluído;
- que no âmbito dos apoios municipais concedidos às Instituições Particulares de Solidariedade Social, a Câmara Municipal de Palmela não tem atribuído, nos últimos anos, apoios financeiros a esta IPSS;
- a sua intervenção na comunidade, os seus recursos e a parceria institucional existente com esta entidade;

propõe-se, de acordo com a alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), à ARPI de Pinhal Novo, destinado a comparticipar nas despesas de manutenção do edifício desta IPSS.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à ARPI de Pinhal Novo (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo) numerada DEIS 01_02-17 intervém:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que como é evidente irão acompanhar esta proposta e realçam, o trabalho desenvolvido por esta IPSS, ao longo dos anos ter feito um trabalho meritório, inclusive pela memória das receitas significa que é uma associação muito equilibrada. Louva o trabalho feito pela instituição e indica que votarão favoravelmente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
GABINETE JURÍDICO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Contrato de Comodato a favor da Freguesia de Pinhal Novo, da Associação Juvenil Indiferentes e do Círio da Carregueira.

PROPOSTA N.º DADO_GJ 01_02-17:

«No quadro das atribuições detidas no âmbito da ação social, da cultura, tempos livres e desporto, o Município de Palmela, em articulação com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, o Círio da Carregueira e a Associação Juvenil os Indiferentes, decidiu levar a cabo um projeto integrado para desenvolvimento de atividades várias, direcionadas a crianças, jovens e grupos sociais vulneráveis.

Considerando que:

- o Município é proprietário do prédio onde se encontra instalada a Escola Básica da Carregueira, atualmente desativada;
- o Círio da Carregueira e a Associação Juvenil Indiferentes não detêm um espaço próprio, adequado, que garanta as condições necessárias à prossecução de tais atividades e que possa funcionar como polo de animação tendente, nomeadamente, à prevenção de problemas sociais na comunidade local;

Propõe-se, nos termos do art. 33.º, n.º 1 alíneas g), o) e u) do RJAL, aprovado como anexo da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta de contrato de comodato anexa, parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Contrato de Comodato a favor da Freguesia de Pinhal Novo, da Associação Juvenil Indiferentes e do Círio da Carregueira numerada DADO_GJ 01_02-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que não têm nada contra a cedência da Escola Básica da Carregueira e, portanto, irão votar favoravelmente, porque resolve o problema, quer de uma associação juvenil, quer de uma associação tradicional e tem a ver com a cultura local. Mas, chamar a atenção, que isto não basta chamar-se centro comunitário. Colocar, numa escola velha, uma placa nova à porta não é suficiente para fazer um centro comunitário, pelo que esperam que exista mais investimento, não fazendo apenas contratos de comodato. Um bom exemplo para isso é o Centro Comunitário de Águas de Moura, que não basta uma pintura no exterior do edifício, para de imediato gerar dinâmica e ter centro comunitário na definição pronto e acabado. É um início de trabalho, estão optimistas, concordam com a utilidade do espaço, as associações trabalham, ficam contentes também com isso, desenvolvem trabalho e desenvolvem a localidade e, portanto, é nessa perspetiva de desenvolvimento da comunidade, que votarão favoravelmente.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a autarquia acredita nestas duas associações e na sua capacidade para transformar, de facto, aquela escola num centro comunitário. É uma escola com alguns anos é verdade, mas é uma escola a que já teve uma intervenção feita também pelos próprios jovens, com o apoio da Junta de freguesia

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que não acredita que as associações tenham capacidades de electricista, de pintores, de qualificação de espaços, de mobiliário. Portanto, para ajudar esse desenvolvimento é expectável que a autarquia invista um pouco mais no espaço do que pura e simplesmente cedê-los e pagar a electricidade.

O **Sr. Presidente** refere que, como habitualmente, o Partido Socialista vota favoravelmente e assume que vota a esmagadora maioria das propostas da maioria, que é bom sinal; mas tem sempre que argumentar. Às vezes, a melhor maneira de combater um argumento é deixar continuar a usar esse argumento. Esclarece que aquela escola, apesar de não estar a funcionar como equipamento educativo, continua dentro do protocolo de delegação de competências que a câmara tem com a Junta; o que significa que a Junta recebe uma verba de X mil euros para a limpeza do logradouro, X mil euros para a conservação e pintura, electricista, torneiras. Portanto, preocupações dessa natureza não há. Há lá mobiliário que pode ser utilizado, há mobiliário noutra sítio se as associações precisarem; agora, o espaço e o conceito de comunitário é que é dinamizado por associações daquela comunidade e vão dar respostas à comunidade geradas pelas associações residentes, pela Junta e por outras associações.

O centro comunitário de Águas de Moura hoje tem associações que estão lá, tem formação de guitarra, tem trabalho com aulas de zumba e de ginástica de grupos informais, de grupos formais, e futuramente obviamente terá a Biblioteca e o Centro de Recursos para a Juventude, fica tudo integrado no edifício municipal evitando o pagamento de renda.

As dinâmicas são aquilo que a comunidade conseguir produzir, não é possível fazer dinâmicas artificiais e, portanto, este início, é primeiro passo do nascimento de um projeto.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que as autarquias devem estimular, sem tutelar. Confidencia que há dias foi visitar o centro comunitário de Águas de Moura, com um projeto tutela e a entrada era de bens para crianças necessitadas de um centro comunitário de São Pedro da Marateca da Cáritas. Esta é uma articulação que o movimento associativo sabe melhor que ninguém fazer.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Protocolo de Colaboração entre o Município de Palmela e o Museu da Música Mecânica.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_02-17:

«Inaugurado a 4 de outubro de 2016, o Museu da Música Mecânica, propriedade da Quinta do Rei, Lazer e Cultura, Lda., localizado em Arraiados, é um espaço cultural dedicado à exposição pública da coleção de instrumentos de música mecânica, e outras peças relacionadas com a temática, que conta hoje com cerca de seis centenas de objetos.

O Museu da Música Mecânica, instalado num edifício de grande qualidade arquitetónica – da autoria de Miguel Marcelino – é um espaço inspirador e constitui-se, na freguesia de Pinhal Novo, como um novo foco de interesse e orgulho por parte de toda a população, dadas as valências que possui para interagir com a comunidade; além da coleção musical de qualidade internacional – que é o cerne da sua ação – integra também um auditório, uma sala de exposições, um centro de documentação, loja e cafetaria.

Este equipamento cultural constitui a concretização de uma aspiração do seu proprietário, que remonta a 2005, quando o município recebeu, na Igreja de Santiago – Castelo de Palmela, a exposição «Sons para ver, ouvir e sentir - instrumentos de música mecânica», que constituiu um êxito.

O estabelecimento de um Protocolo de Cooperação visa contribuir para dinamizar junto da comunidade local – em particular de grupos organizados através do Serviço Educativo do Museu Municipal de Palmela, das áreas do Turismo e da Intervenção Social, da região e da área de influência do Município – este importante espólio.

Assim, nos termos das alíneas t) e u), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atualizada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, **submete-se** à aprovação a minuta de Protocolo de Colaboração, anexa e parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Palmela e o Museu da Música Mecânica numerada DCDJ 01_02-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que apoia este protocolo. Dá os parabéns ao particular que fez este museu, Dr. Luís Canguero. Esta medida é importante, divulgar o museu, não só em termos turísticos, mas também na comunidade educativa. Para a qualidade do museu, e para os preços que se praticam por esse país fora, por esse distrito fora, e por esse mundo fora, não é um preço extraordinariamente elevado, mas acha que a autarquia devia evoluir e, aquando a renovação do protocolo, se assim se justificar, de efetivamente haver também alguma diferenciação, algum desconto para os munícipes do concelho.

A **Sra. Vereadora Maria Justino** refere que irá votar favoravelmente. Sugere que, relativamente à questão dos descontos, se beneficiem as crianças até aos 12 anos. Louva a iniciativa destas e considera mais um apelo a visitas do exterior, o que é sempre positivo.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que é vantajoso para o município, uma vez que há a garantia da realização de visitas guiadas e atividades pedagógicas para o público escolar, para grupos de jovens e seniores com 60 e mais anos, para outros grupos socialmente desfavorecidos, para o público em geral do concelho, sem terem quaisquer custos associados para os visitantes desde que sejam previamente marcadas pelo Museu Municipal de Palmela. Beneficiam-se os munícipes até aos 12 anos, neste caso, no Dia da Criança, com entrada gratuita e a redução em 50% para um adulto acompanhante, quando se beneficia os munícipes com 60 ou mais anos no Dia do Idoso com um desconto de 50% também sobre o tarifário em vigor, quando estabelece também para os beneficiários do Cartão Municipal Sénior e para os portadores de Palmela Turist Card e para restantes visitantes também um desconto de 20% sobre o tarifário. São condições absolutamente vantajosas e que vão ao encontro da intenção de propiciar o conhecimento de um património riquíssimo.

Tudo isto foi naturalmente negociado com o proprietário do Museu, como não poderia deixar de ser.

A **Sra. Vereadora Maria Justino** refere que apenas fez a sugestão das crianças até aos 12 anos.

O **Sr. Presidente** refere que a intervenção **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** acabou por apresentar melhor a proposta nos termos técnicos, mas já com algumas nuances do protocolo.

Recorda que o Cartão Turist Card, é gratuito, qualquer um pode tê-lo e também dá vantagens.

São 1000 entradas anuais garantidas, por via desta comparticipação municipal. Para além de todos estes descontos, que ainda permitem muitos outros utilizadores. Obviamente que isto teve de ser negociado com o proprietário do Museu que, durante a negociação, exigiu um conjunto de outras contrapartidas. Havia contrapartidas que o município não podia garantir, nem dar facilidades. Foi uma negociação e este protocolo foi um avanço em relação a uma minuta de protocolo que houve quando o senhor começou a pensar construir. É equilibrada para a Câmara e vai beneficiar naturalmente, em particular, a comunidade escolar, mas também outros cidadãos. E, no futuro, quando houver renovação do protocolo, a autarquia pedirá mais.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_02-17:

«Considerando que:

- As autarquias assumem um papel de relevo no âmbito social e cultural, o qual é decisivo para o desenvolvimento das comunidades, sendo ainda indiscutível a importância da sociedade civil para atingir melhores resultados. Neste sentido, são importantes as práticas de celebração de parcerias e acordos de cooperação entre diversas entidades com intervenção na vida social e cultural das populações;
- As associações locais sem fins lucrativos e os seus membros voluntários são dos agentes que melhor interpretam esta missão, pelo que cabe aos poderes públicos apoiar e estimular as ações que estes desenvolvem em prol das populações locais.
- O Município de Palmela tem atribuições nos domínios da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).
- Neste âmbito compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL.

- A Câmara Municipal de Palmela, no âmbito da política de apoio ao associativismo, e através do respetivo regulamento municipal de apoio consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de serem estabelecidos protocolos de cooperação com as diversas associações no sentido de contribuir, em conjunto, para a obtenção de objetivos de interesse para a comunidade local.
- Face ao exposto, e no âmbito da gestão e funcionamento da CAVE – Sala de Ensaios do CRJ de Pinhal Novo, sita no edifício do Mercado Municipal de Pinhal Novo, **propõe-se** em conformidade com a alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação de Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Atribuição de apoios financeiros no âmbito do Março a Partir 2017.

PROPOSTA N.º DCDJ 03_02-17:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o), e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- que o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- que através da promoção do movimento associativo juvenil do concelho, a autarquia, efetivamente, contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa, responsável e inovadora, dos jovens na sua comunidade, proporcionando-lhes momentos importantes de aprendizagens formais e informais referentes ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens;
- que a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na educação e na juventude, e que importa valorizar a

dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;

Propõe-se, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição do apoio financeiro de € 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta euros) à Associação Juvenil Odisseia e a atribuição do apoio financeiro de € 850,00 (oitocentos e cinquenta euros) à Associação Juvenil COI, para o desenvolvimento de atividades, de acordo com vontade expressa pelo promotores do projeto Março a Partir 2017, responsabilizando estas Associações Juvenis e o Grupo de Trabalho do projeto, pela gestão financeira e prestação de contas.»

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** pede escusa da votação desta proposta - Atribuição de apoios financeiros no âmbito do Março a Partir 2017 -, uma vez que pertence aos corpos sociais da Associação Juvenil COI, ao que o **Sr. Presidente** acede.

Saída da reunião de um Vereador

Nesta altura, ausenta-se da reunião o Sr. Vereador Pedro Taleço.

Submetida a votação a proposta de Atribuição de apoios financeiros no âmbito do Março a Partir 2017, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Entrada na reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Alteração do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela - RTCP.

PROPOSTA N.º DAU 01_02-17:

«O primeiro regulamento de toponímia, entrou em vigor a 2 de maio de 1990, sendo que o acentuado desenvolvimento urbanístico ocorrido *à posteriori* no concelho de Palmela evidenciou novas necessidades em matéria de toponímia e numeração de polícia, razão pela qual, sendo da competência da Câmara Municipal estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações, bem como as regras da numeração dos edifícios, foi aprovado, por deliberação da

Assembleia Municipal de Palmela tomada a 14 de fevereiro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 06 de fevereiro de 2013, o Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), publicado pelo Edital N.º 16/DAF-DAG/2013, que está em vigor desde 11/03/2013.

A publicação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio introduzir alterações aos procedimentos e competências inerentes à atribuição de topónimos e colocação das correspondentes placas, concretamente tornando obrigatório o parecer das juntas de freguesia, e definindo como competência destas a colocação das placas toponímicas.

Também a última alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), publicada pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, introduziu alterações aos procedimentos inerentes ao controlo prévio de operações urbanísticas, designadamente no que se refere ao regime de comunicação prévia de obras de edificação e de obras de urbanização que, passando a ser uma mera formalidade está isento da prática de ato administrativo de deferimento, o que tem implicações diretas nos momentos definidos no RTCP para a atribuição de topónimos em novas urbanizações e para o pedido de indicação de número de polícia.

Acresce que a substituição dos Bilhetes de Identidade por Cartões de Cidadão e o procedimento eletrónico associado, tem revelado a necessidade de identificação específica de moradas (topónimo e código postal completo). No caso concreto do Concelho de Palmela este aspeto assume especial relevo, mas zonas rurais e periféricas aos centros urbanos, onde existe uma predominância de arruamentos privados de serviços a vários edifícios ou arruamentos, cuja dominialidade não é, por razões diversas, inequivocamente pública. Assim, verifica-se a necessidade de definir conceitos e estabelecer critérios e regras que, dentro das competências acometidas à Câmara, permitam a resolução destas questões que, de natureza meramente funcional, provocam efetivos constrangimentos na vida quotidiana da população afetada, quer ao nível da correspondência, quer ao nível da localização para efeitos de emergência médica e civil.

Por último, passados mais de três anos da entrada em vigor do RTCP e decorrente da aplicação do mesmo na prática, foi possível identificar alguns constrangimentos que as normas preconizadas – por serem genéricas e transversais – provocam na resolução de situações concretas característica do Concelho, especialmente ao nível das regras a atender para indicação de n.º de polícia, bem como foi possível recensear a necessidade de introduzir ajustes de pormenor e de aperfeiçoamento que reflitam a operacionalização do conjunto de normativos que integram o regulamento, pelo que a presente proposta versa sobre os seguintes aspetos:

- Complemento das tipologias das designações toponímicas face à diversidade dos tipos de espaços públicos e a forma de os vivenciar;
- Flexibilização e ajustamento das normas do funcionamento da Comissão de Toponímia, enquanto órgão consultivo;

- Sistematização do procedimento de consulta às respetivas juntas de freguesia em matéria de atribuição de topónimos;
- Priorização das designações antroponímicas;
- Enquadramento da atribuição de topónimos a arruamentos privados com uso coletivo para efeitos de correspondência postal e identificação no caso de emergência médica e civil;
- Enquadramento do projeto de consulta à população “O nome da minha rua”;
- Complemento dos critérios para atribuição de número de polícia, com vista à otimização e eficácia deste procedimento;
- Atualização/ajustamento de normas decorrentes de alterações legislativas e/ou da aplicação prática das normas em vigor.

A presente proposta é acompanhada pelas fichas técnicas n.ºs 01 a 09 que se anexam (fazendo dela parte integrante), que mereceram parecer favorável da Comissão de Toponímia, reunida a 12/12/2016 e nas quais consta o enquadramento e fundamentação das alterações se propõe introduzir no RTCP em vigor, bem como por documento que traduz a compilação das alterações propostas.

Propõe-se assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 112º, n.º 7 e 241º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, do artigo 25º, n.º 1, alínea g), e artigo 33º, n.º 1, alíneas k), ss), tt) e ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação em vigor e de acordo com as demais normas habilitantes que constam nas supra citadas fichas técnicas em anexo:

- A. A aprovação pela Câmara Municipal de Palmela do projeto de alteração do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, consubstanciado nas alterações dos artigos 2º, 3º, 5º, 8º, 9º, 13º, 15º, 18º, 19º, 21º, 22º e Anexo I, bem como, na introdução de novos artigos, concretamente, artigo 7º-A, 9º-A, 9º-B, 28º-A e, ainda, do Anexo IV;
- B. A sua sujeição a consulta pública, pelo período de 30 dias úteis, nos termos conjugados do Princípio da Participação, consagrado no art. 12º do CPA e do artigo 101º deste código, não obstante da abertura do procedimento de alteração ao RTCP, aprovado por deliberação municipal de 25/10/2016, não se terem constituído quaisquer interessados;
- C. E, caso não ocorram alterações ao texto final regulamentar, em resultado da consulta pública, considerar esta Câmara Municipal desde já aprovadas as alterações ao Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, para efeitos da sua aprovação final por deliberação da Assembleia Municipal de Palmela.»

Sobre a proposta de Alteração do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela numerada DAU 01_02-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que às propostas de alteração trazidas, não há nada a acrescentar, a maior parte delas decorre da lei. No artigo 9º, que já existe, cujo número 4 indica a impossibilidade de repetição das designações toponímica no concelho, na mesma freguesia, como é óbvio. Se a repetição do topónimo, não daria uma maior possibilidade aos órgãos do município e das freguesias de diversificar mais as ruas, avenidas, arruamentos e praças e, adicionalmente homenagear mais acontecimentos e mais personalidades do concelho.

Sugere que se inicie, noutra altura, este debate com as freguesias.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o debate deste regulamento foi feito com as freguesias. Neste momento, existem dentro das mesmas freguesias e às vezes das mesmas localidades, a repetição de topónimos, que é resolvida com os códigos postais. Esta é uma questão que tem um enquadramento e pode ser vista de uma forma mais vasta. Por outro lado, há um fator histórico em relação a estas ruas que marcaram, nomeadamente, o período democrático português, a introdução da democracia em Portugal e, portanto, proliferam as ruas 25 de Abril, da Liberdade, 1º Maio.

Aceita a sugestão, sendo que o principal problema a resolver primeiro, é dentro das próprias freguesias, por questões de distribuição postal, de georreferenciação.

O **Sr. Presidente** refere que esta, como qualquer outra questão é uma questão discutível. Mas as freguesias já se pronunciaram e o grande desafio que se coloca aos municípios, isto é a nível nacional, é de facto, evitar as repetições dentro da própria freguesia, da própria unidade administrativa. E tem sido isso que tem sido feito e o código postal, com os 3 últimos dígitos, não é o suficiente para resolver as questões. A toponímia é história da identidade local e dos valores locais.

A Comissão de Toponímia tem procurado modernizar e adequar o regulamento, mas, para já este é um bom contributo para a melhoria do regulamento. No futuro haverá outros.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a equipa da toponímia é muito pequenina.

O **Sr. Presidente** refere que as equipas não se medem aos palmos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezanove de janeiro de dois mil e dezassete, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata,

que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco